

Senado aprova vinculação de orçamento à Saúde

Ministro Serra consegue vitória na disputa com a equipe econômica. Setor terá mais verbas e percentuais de impostos

José Augusto Gayoso

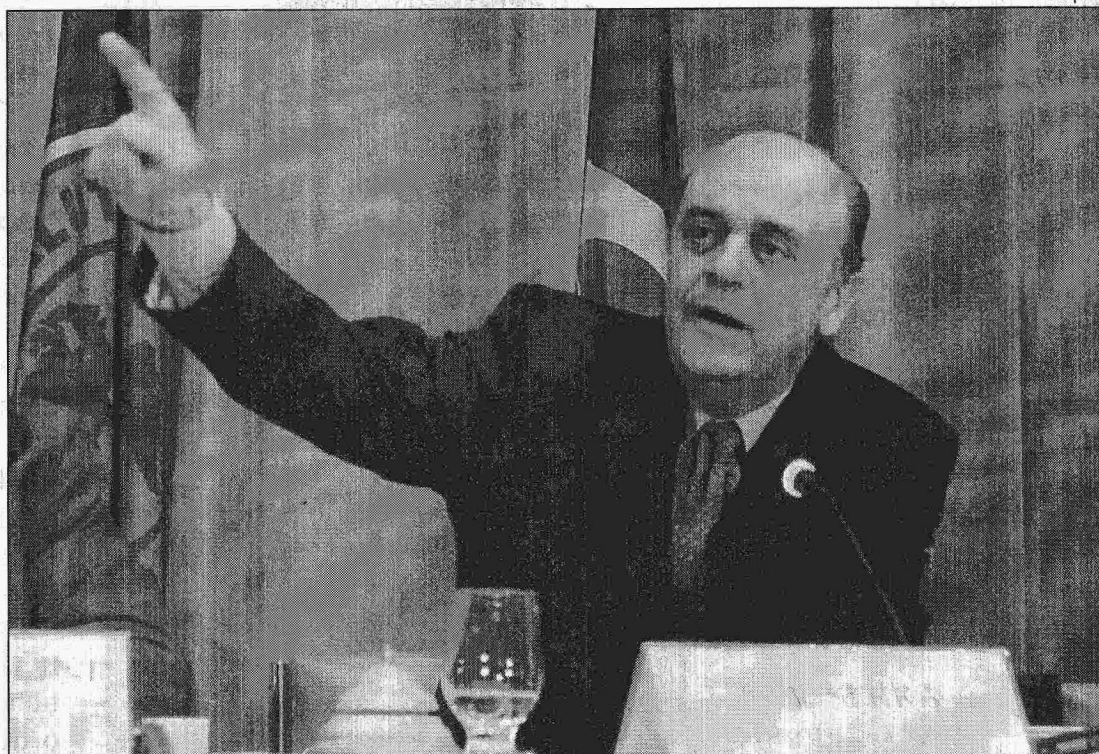
• **BRASÍLIA.** O Senado aprovou ontem por 67 votos a dois, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional (PEC) que assegura recursos mínimos para a Saúde. Conhecido como PEC da Saúde, o projeto já havia sido aprovado na Câmara e agora vai à promulgação dos presidentes das duas Casas. Foi mais uma vitória do ministro da Saúde, José Serra, conseguida após brigas com os ministros da área econômica. Na véspera, a Câmara tinha aprovado outro projeto defendido por Serra: o que proíbe a propaganda de cigarros.

A PEC determina que a União deve investir em saúde, ainda este ano, 5% mais do que gastou em 1999, o que representa reforço de quase R\$ 1 bilhão.

Variação do PIB servirá de base

Também fica determinado que de 2001 a 2004 a União deve investir na Saúde, a cada ano, sempre o valor do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

O índice de aumento nos investimentos dos estados e municípios em saúde será estabelecido por lei complementar. Por enquanto, o texto da emenda constitucional prevê



Arquivo

MINISTRO JOSÉ Serra: trabalho duro e briga com a equipe econômica para aumentar os recursos da Saúde

para o setor recursos específicos, provenientes da arrecadação de impostos estaduais e federais.

Os estados terão que destinar à saúde 12% do que arrecadam com os impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre heranças. Já os municípios terão de repassar para a Saúde 15% do que arrecadam com os impos-

tos Predial e Territorial Urbano (IPTU), Sobre Serviços (ISS), e sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). No caso do Distrito Federal, a vinculação de recursos é maior, pois ele arrecada os dois tipos de tributos.

A aprovação no Senado foi tranquila. O ministro Serra se empenhou para que o texto passasse na Câmara, mas depois enfrentou muita resistência na própria base governis-

ta, quando a proposta foi para as comissões do Senado. Setores do PFL e de outros partidos da base governista, mais afinados com a área econômica, lutaram contra a vinculação dos recursos.

Nas comissões, só foi possível votar após muita negociação, mas quando o texto foi ao plenário as resistências estavam praticamente quebradas. No primeiro turno, na véspera do recesso de julho, o texto te-

ve 62 votos favoráveis e apenas três contrários. Ontem, o resultado foi ainda melhor.

Um voto contrário foi por engano

Dos 69 senadores presentes, só dois votaram contra e um deles, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse que se enganou na hora de votar. Alcântara era defensor da PEC da Saúde e fez discursos favoráveis a ela, tanto nas comissões quan-

▶ O que foi aprovado

• **O QUE MUDA:** No ano passado, os gastos da União com saúde foram de R\$ 20,5 bilhões. Mas com a PEC, este ano, a União deverá investir 5% a mais do que gastou no ano passado. No período de 2001 a 2004, a União terá de acrescentar a variação do PIB nominal, ou seja, a correção inflacionária e o crescimento real da economia.

• **ESTIMATIVA DE AUMENTO:** Se a lei valer para 2000, haverá um acréscimo de receita de R\$ 980 milhões. A previsão é de que, entre 2001 e 2004, o investimento da União cresça de cerca de R\$ 21 bilhões para R\$ 30 bilhões.

• **NOVAS REGRAS:** Pela nova lei, os estados terão que destinar à saúde 12% do que for arrecadado com os impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS),

sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre heranças. Os municípios terão que investir 15% do arrecadado com os impostos Predial e Territorial Urbano (IPTU), sobre Serviços (ISS) e sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

• **LEI COMPLEMENTAR:** Não existe percentual estipulado de aumento do limite de gastos de estados e municípios em relação ao que foi aplicado no ano anterior. Vai depender de lei complementar.

• **ESTADOS E MUNICÍPIOS:** Não há estimativa oficial de aumento de gastos dos estados e dos municípios. O deputado Eduardo Jorge (PT-SP), autor da proposta na Câmara, prevê um acréscimo de R\$ 1,5 bilhão em 2001.

to no plenário.

Depois da sessão de ontem, o senador conversou com o ministro José Serra para explicar o erro. O outro voto contrário foi do senador Paulo Souto (PFL-BA), aliado de Antônio Carlos Magalhães. Ele condenou a vinculação de recursos argumentando que os estados e os municípios vão sair perdendo. No fim da votação, os senadores aplaudiram o resultado. ■